

## MARGEM COMPANHIA DE MINERAÇÃO



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
The Five East Batel  
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel  
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil  
Telefone +55 (41) 3304-2500  
kpmg.com.br

### Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras Aos Diretores da Margem Companhia de Mineração Curitiba – PR

**Opinião**  
Examinamos as demonstrações financeiras da Margem Companhia de Mineração ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Margem Companhia de Mineração em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

**Base para opinião**  
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética

Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

#### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa

opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 6 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC SP-014428/O-6 F-PR

Marcos De Antoni Tosin Contador  
CRC PR-064845/O-

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)							
Ativos	Nota	2022	2021	Passivo	Nota	2022	2021
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	7	55.124	114.939	Fornecedores	13	79.024	87.359
Contas a receber	8	43.825	25.291	Empréstimos e financiamentos	14	36.447	125.049
Estoques	9	75.678	75.258	Salários e encargos sociais		5.106	5.764
Impostos a recuperar	10	14.160	18.559	Impostos a recolher	16	12.678	3.588
Outras contas a receber		13.416	11.298	Adiantamentos de clientes		312	217
				Passivos de arrendamentos	15	5.004	3.041
				Instrumentos derivativos	25	5.559	2.151
				Outras contas a pagar	17	44.045	17.511
						188.175	244.680
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Impostos a recuperar	10	35.963	42.072	Empréstimos e financiamentos	14	236.268	128.609
Outras contas a receber		2.610	756	Passivos de arrendamentos	15	1.904	1.175
Direito de uso dos ativos	12	6.313	3.781	Impostos a recolher	16	202.512	161.778
Imobilizado	11	989.687	1.018.837	Outras contas a pagar	17	52	49
Intangível		901	1.045	Impostos diferidos	22	11.203	177
				Provisão para litígios	24	12.702	13.857
						464.641	305.645
						652.816	550.325
				<b>Total do Passivo</b>			
				<b>Patrimônio líquido</b>	18		
				Capital social integralizado		421.419	621.419
				Ajustes de avaliação patrimonial		117.938	119.259
				Reserva legal		4.072	1.974
				Reservas de lucros		41.432	18.859
				<b>Total patrimônio líquido</b>		584.861	761.511
<b>Total do ativo</b>		1.237.677	1.311.836	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		1.237.677	1.311.836

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)			
	Nota	2022	2021
Receita de vendas	19	532.408	432.767
Custos das vendas	20	(342.592)	(255.579)
<b>Lucro bruto</b>		189.816	177.188
Despesas administrativas	20	(13.738)	(14.324)
Despesas comerciais	20	(78.711)	(58.048)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	20	118	(44)
Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas	20	3.542	(2.326)
<b>Lucro antes das despesas financeiras, líquidas e impostos</b>		101.027	102.446
Despesas financeiras	21	(57.647)	(46.921)
Receitas financeiras	21	16.153	4.463
<b>Despesas financeiras, líquidas</b>	21	(41.494)	(42.458)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		59.533	59.988
Imposto de renda e contribuição social - correntes	22b	(6.299)	(6.102)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	22b	(11.026)	(14.398)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		42.208	39.488

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)						
	Nota	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva Legal	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>		648.598	120.604	-	(27.180)	742.022
Lucro líquido do exercício		-	-	-	39.489	39.489
Redução capital social	22	(27.179)	-	-	27.179	-
Constituição reserva legal		-	-	1.974	(1.974)	-
Distribuição dividendos		-	-	-	(20.000)	(20.000)
Realização do custo atribuído		-	(1.345)	-	1.345	-
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>		621.419	119.259	1.974	18.859	761.511
Lucro líquido do exercício		-	-	-	42.208	42.208
Redução capital social	18.1	(200.000)	-	-	-	(200.000)
Constituição reserva legal		-	-	2.098	(2.098)	-
Distribuição dividendos	18.5	-	-	-	(18.858)	(18.858)
Realização do custo atribuído	22	-	(1.321)	-	1.321	-
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>		421.419	117.938	4.072	41.432	584.861

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

#### Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 1 Contexto operacional

A Companhia tem como objeto social a fabricação de cimento e extração de calcário. Sua atuação abrange as regiões Sul e Sudeste do Brasil, através do fornecimento de cimento e calcário para seus clientes e para sua controladora Supremo Cimentos. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta capital circulante líquido positivo, excesso de ativos circulantes sobre passivos circulantes de R\$ 14.028 (R\$ 665 em 31 de dezembro de 2021). Esta melhoria é resultado da normalização das operações, alongamento dos prazos de vencimento de dívida financeira e das medidas tomadas pela Administração, após o período inicial de investimentos e de *start-up* da fábrica em 2015. De qualquer forma, há que se destacar que o ativo circulante registra um prazo de recebimento do faturamento entre 30 e 45 dias enquanto o passivo circulante reflete 12 meses do serviço da dívida. Conforme estimativas da Administração, esse endividamento será normalmente liquidado com a geração futura de caixa pela Companhia.

O equilíbrio financeiro de curto prazo da Companhia foi reestabelecido à medida que ocorreu uma maior geração de caixa e que a Companhia negociou o alongamento dos prazos de pagamento da dívida financeira, o que permitirá uma melhoria da atual condição do seu capital circulante líquido.

A Companhia investe em produção de cimento, contribuindo para o desenvolvimento econômico do Brasil. Uma vez que os investimentos caracterizam-se como apoio à infraestrutura, acredita-se que a Companhia continuará contratando linhas de financiamentos de longo prazo que viabilizem o seu crescimento. Atualmente o endividamento bancário de longo prazo é em grande parte com instituições bancárias que buscam o desenvolvimento do Brasil.

Na sequência da forte melhoria operacional da Companhia, evolução de resultados, e do comportamento favorável do caixa, a Companhia procedeu em 2021 e 2022 à distribuição de dividendos ao seu acionista Supremo Cimentos S.A., conforme detalhado na nota explicativa 18.5.

#### 2 Base de preparação

**Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting

Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 6 de março de 2023. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar tais demonstrações financeiras. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 6. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

#### 3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### 4 Uso de estimativas e julgamento

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos na aplicação de políticas contábeis, bem como sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 8** – mensuração da perda de crédito esperada para contas a receber de clientes;
- **Nota explicativa 11** – vidas úteis e valor residual do ativo imobilizado
- **Nota explicativa 22** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota explicativa 24** – reconhecimento e mensuração de provisões para

contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude da saída de recursos; e

• **Nota explicativa 25** – determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos.

#### 5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos que são mensurados pelo valor justo.

#### 6 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

#### 6.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimento original de até três meses que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

#### 6.2 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de calcário e cimento no curso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes são totalmente classificadas no ativo circulante, pois o prazo de recebimento é inferior a um ano. As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa ("PDD" ou *impairment*).

#### 6.3 Instrumentos financeiros

##### (i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

*(ii) Classificação e mensuração subsequente*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA (outros resultados abrangentes). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

*Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio*

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e

· A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

*Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros*

Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

*Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas*

**Ativos financeiros a VJR**

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

**Ativos financeiros a custo amortizado**

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

*Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas*

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

*(iii) Desreconhecimento*

*Ativos financeiros*

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Se a Companhia realizar transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

*Passivos financeiros*

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

*(iv) Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

*(v) Instrumentos financeiros derivativos*

A companhia possui contratos indexados em moeda estrangeira e para tanto realizou a contratação de instrumentos financeiros para proteção cambial.

**6.4 Estoques**

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é determinado pelo método do custo médio ponderado. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado menos custos para concluir e vender.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, embalagem, outros custos diretos e indiretos de produção (com base na capacidade operacional normal).

**6.5 Imobilizado**

*(i) Reconhecimento e mensuração*

Os itens do imobilizado são demonstrados pelo custo histórico menos o valor da depreciação e de qualquer valor não recuperável acumulado. O custo histórico foi ajustado para refletir o custo atribuído dos terrenos e jazidas minerais na data de transição para adoção dos CPCs/IFRS. O custo histórico inclui os custos com financiamento relacionados com a construção de edificações, custos com obtenção de autorizações de operação junto aos órgãos ambientais e gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração.

A Companhia inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. O valor contábil das peças substituídas é baixado e todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos.

Quando da comprovação efetiva da viabilidade econômica da exploração comercial de determinada jazida, os correspondentes gastos com estudos e pesquisas minerais incorridos são capitalizados como custo de formação da mina.

Os custos com a aquisição de direitos de exploração de minas são capitalizados e amortizados com base na exaustão de minas. Após o início da fase produtiva da mina, esses gastos são amortizados e tratados como custo de produção. A exaustão de recursos minerais é calculada com base na vida útil econômica estimada que reflete a expectativa da quantidade de minério a ser extraído.

*(ii) Custos subsequentes*

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

*(iii) Depreciação*

Os terrenos não são depreciados. A amortização da jazida e do custo com o seu decapeamento são feitas em função da quantidade anual extraída (exaurida) de minério. A depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para reduzir seu custo ao valor realizável através de suas vidas úteis econômicas, que é estimada, para os dois exercícios apresentados, como segue :

Edificações	40 anos
Jazidas minerais	44 anos
Outros	5-10 anos
Máquinas e equipamentos	18 a 30 anos

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado. A Companhia não tem ativos de longo prazo que espera abandonar ou alienar e que exigiriam a constituição de provisão para obrigações por descontinuação de ativos.

**6.6 Intangível**

Compreende custos incorridos para adquirir e preparar os *softwares* para sua utilização. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimável de cinco anos a partir da data de início de sua utilização.

**6.7 Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros, exceto estoques** Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (impairment), o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) é testado. Uma perda é reconhecida pelo valor em que o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo (ou de uma UGC), menos as despesas de venda, e o valor em uso. Para fins de avaliação de perda, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sofrido redução são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por impairment na data do balanço.

**6.8 Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo integralmente classificados como passivo circulante pois o pagamento é devido no período de até um ano.

Elas são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva.

**6.9 Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que se tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço patrimonial.

**6.10 Capital social**

É representado por ações ordinárias e preferenciais que são classificadas no patrimônio líquido.

**6.11 Reconhecimento da receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos.

*a. Venda de produtos*

O reconhecimento da receita baseia-se na venda de produto, cimento e calcário. As vendas são feitas substancialmente a prazo, com prazo médio para recebimentos de 30 dias. Essas vendas são reconhecidas, em geral, quando o controle sobre o produto é transferido para os clientes, o que acontece substancialmente quando os produtos são disponibilizados ao transportador, haja vista que as vendas são substancialmente FOB (Free on Board).

*b. Prestação de serviços*

As vendas de prestação de serviço de concretagem são feitas substancialmente a prazo, com prazo médio para recebimentos de 30 dias. Essas prestações de serviços de concretagem são reconhecidas quando na prestação de serviço ao cliente.

*c. Receita financeira*

A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva.

**6.12 Provisões**

As provisões para recuperação ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual refleta as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

**6.13 Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Companhia determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e portanto foram contabilizados de acordo com o CPC 25/IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

*a. Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente*

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos com base nas incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

*b. Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido*

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**6.14 Arrendamentos**

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

**Como arrendatário**

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada

componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

*Arrendamentos de ativos de baixo valor*

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

**6.15 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Empresa e suas controladas não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

**Novos requerimentos atualmente vigentes**

Esta tabela apresenta uma lista das recentes alterações nas Normas que devem ser aplicadas por uma Entidade com períodos de reporte anual iniciados em 1º de janeiro de 2022.

**Data efetiva Novas normas ou alterações**

1º de Janeiro de 2022

Contratos Onerosos – Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)

Melhorias anuais para normas IFRS – 2018-2020

Imobilizado – Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16

Referências à estrutura conceitual (alterações ao CPC 15/IFRS 3)

**Futuros requerimentos**

Esta tabela apresenta uma lista das alterações recentes nas Normas que deverão ser aplicadas para períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2022 e que estão disponíveis para adoção antecipada em IFRS (mas não para entidades que reportam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil) em períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2022.

**Data efetiva Novas normas ou alterações**

1º de Janeiro de 2023

Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8)177

IFRS 17 Contratos de Seguro, e alterações à IFRS 17 Contratos de Seguro

Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Demonstração Prática 2)

Definição de estimativa contábil (Alterações ao CPC 23/IAS 8)

Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32/IAS 12)

Disponível para adoção opcional/data efetiva diferida por tempo indeterminado

Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto (Alterações na IFRS 10 e na IAS 28)

**7 Caixa e equivalentes de caixa**

	2022	2021
Caixa e depósitos bancários em conta-corrente	3.046	3.668
Aplicações financeiras	<u>52.078</u>	<u>111.271</u>
	<u>55.124</u>	<u>114.939</u>

As aplicações financeiras são realizadas em instituições financeiras brasileiras de primeira linha em Certificados de Depósitos Bancários possuem liquidez imediata e rendimentos atrelados à variação entre 80% a 103% do Certificado de Depósitos Interbancários (CDI), sem risco de mudança significativa de valor em caso de resgate antecipado.

**8 Contas a receber**

	2022	2021
Contas a receber de clientes terceiros	27.500	26.349
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 23)	18.101	836
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa (PCLD)	<u>(1.776)</u>	<u>(1.894)</u>
	<u>43.825</u>	<u>25.291</u>

A Companhia é cedente dos direitos creditórios mediante contrato de financiamento da parte relacionada, Supremo Cimento S.A contraído junto ao Banco Itau S/A, cujo montante das garantias em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 20.000. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não possuía contratos dessa natureza.

A composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	2022	2021
A vencer	43.276	25.474
Vencidos até 90 dias	34	166
Vencidos até 180 dias	78	5
Vencidos acima de 180 dias	1.663	1.540
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa (PCLD)	<u>(1.776)</u>	<u>(1.894)</u>
	<u>43.825</u>	<u>25.291</u>

A imparidade para perda esperada por redução ao valor recuperável é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas prováveis nas contas a receber de clientes. A imparidade é calculada com base na avaliação individual da situação de cada cliente e na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. A movimentação no período encontra-se apresentada a seguir:

	2022	2021
Saldo inicial	(1.894)	(2.045)
Constituições	(144)	(392)
Reversões	<u>262</u>	<u>543</u>
	<u>(1.776)</u>	<u>(1.894)</u>

**9 Estoques**

	2022	2021
Matéria-prima e outros materiais	68.347	68.349
Produtos acabados	<u>7.331</u>	<u>6.909</u>
	<u>75.678</u>	<u>75.258</u>

A Administração avalia de forma constante os estoques da Companhia quanto a eventuais perdas por obsolescência, desvalorização, bem como quaisquer outras circunstâncias e condições que possam ocasionar perdas nos valores contábeis registrados. Em 31 de dezembro de 2022 a Administração identificou a necessidade de constituir provisão para imparidade de R\$1.434 (nenhuma provisão foi considera necessária em 2021).

**10 Impostos a recuperar**

	2022	2021
ICMS (a)	7.343	8.788
Imposto de renda retido na fonte	1.480	4.857
IPI	1.886	2.190
PIS/COFINS sobre aquisição de ativo permanente (a)	39.196	44.662
Outros	<u>218</u>	<u>134</u>
	<u>50.123</u>	<u>60.631</u>
(-) Circulante	<u>14.160</u>	<u>18.559</u>
Não circulante	<u>35.963</u>	<u>42.072</u>

(a) Companhia é

Em função das aquisições de imobilizado para a construção da fábrica a Companhia acumulou o ICMS, PIS/COFINS sobre essas aquisições que está compensando com o início da operação que ocorreu em Abril de 2015.

**11 Impostos a recuperar**

	Terrenos	Jazida Minerais	Edificações	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos Transporte	Veiculos	Outros	Imobilizado em Andamento	Total
<b>Custo</b>									
Em 1º de janeiro de 2021	<u>35.790</u>	<u>194.812</u>	<u>351.885</u>	<u>664.613</u>	<u>19.165</u>	<u>142</u>	<u>9.863</u>	<u>7.138</u>	<u>1.283.408</u>
Adições	-	-	84	1.017	76	-	71	24.930	26.178
Baixas	-	-	(525)	(110)	-	-	(12)	(575)	(1.222)
Transferência	280	2.412	3.563	12.175	-	-	(97)	(18.333)	-
Em 31 de dezembro de 2021	<u>36.070</u>	<u>197.224</u>	<u>355.007</u>	<u>677.695</u>	<u>19.241</u>	<u>142</u>	<u>9.825</u>	<u>13.160</u>	<u>1.308.364</u>
Adições	-	-	14	1.983	440	-	1.588	25.234	29.259
Baixas	-	-	-	(2.729)	(460)	-	(138)	(8)	(3.335)
Transferência	-	2.720	5.635	3.889	37	-	-	(12.281)	-
Em 31 de dezembro de 2022	<u>36.070</u>	<u>199.944</u>	<u>360.656</u>	<u>680.838</u>	<u>19.258</u>	<u>142</u>	<u>11.275</u>	<u>26.105</u>	<u>1.334.288</u>
<b>Depreciação e exaustão acumulados</b>									
Em 1º de janeiro de 2021	-	(13.558)	(44.970)	(164.413)	(5.074)	(108)	(5.002)	-	(233.125)
Depreciação e exaustão	-	(4.606)	(11.600)	(44.585)	(1.594)	(28)	(1.110)	-	(63.523)
Baixa por alienação	-	-	502	16	-	-	14	-	532
Crédito Pis e Cofins	-	-	<u>1.069</u>	<u>5.495</u>	<u>10</u>	-	<u>15</u>	-	<u>6.589</u>
Em 31 de dezembro de 2021	-	(18.164)	(54.999)	(203.487)	(6.658)	(136)	(6.083)	-	(289.527)
Depreciação e exaustão	-	(5.091)	(11.189)	(45.857)	(1.486)	(5)	(1.503)	-	(64.681)
Baixa por alienação	-	-	-	2.728	460	-	21	-	3.209
Crédito Pis e Cofins	-	-	<u>1.080</u>	<u>5.315</u>	<u>(22)</u>	-	<u>25</u>	-	<u>6.398</u>
Em 31 de dezembro de 2022	-	(23.255)	(65.108)	(241.301)	(7.706)	(141)	(7.090)	-	(344.601)
<b>Valor contábil</b>									
Em 1º de janeiro de 2021	<u>35.790</u>	<u>181.254</u>	<u>306.915</u>	<u>500.200</u>	<u>14.091</u>	<u>34</u>	<u>4.861</u>	<u>7.138</u>	<u>1.050.283</u>
Em 31 de dezembro de 2021	<u>36.070</u>	<u>179.060</u>	<u>300.008</u>	<u>474.208</u>	<u>12.583</u>	<u>6</u>	<u>3.742</u>	<u>13.160</u>	<u>1.018.837</u>
Em 31 de dezembro de 2022	<u>36.070</u>	<u>176.689</u>	<u>295.548</u>	<u>439.537</u>	<u>11.552</u>	<u>1</u>	<u>4.185</u>	<u>26.105</u>	<u>989.687</u>

**Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos**

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 a Administração realizou testes com o objetivo de identificar a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar registrados acima do seu valor recuperável. Após tais análises a Administração não identificou indicadores, internos ou externos, de que os valores recuperáveis desses ativos sejam inferiores aos seus valores contábeis, consequentemente, nenhuma provisão para perdas foi constituída.

**Revisão das vidas úteis**

As taxas de depreciação do ativo imobilizado foram revisadas durante o exercício, conforme requerido pelo CPC 27 / IAS 16 - Ativo Imobilizado, sendo que a Companhia não identificou a necessidade de alterar as taxas de depreciação/vidas úteis utilizadas no exercício anterior.

**12 Direito de uso de ativos**

	Edificações	Terrenos	Equipamentos de Transporte	Veiculos	Equipamentos Informatica	Total
Em 1º de janeiro de 2021	1.571	88	1.989	59	74	3.781
Adições	63	-	2.910	4.493	20	7.486
Depreciação no período (*)	(722)	(5)	(2.696)	(1.499)	(32)	(4.954)
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<u>912</u>	<u>83</u>	<u>2.203</u>	<u>3.053</u>	<u>62</u>	<u>6.313</u>

	Edificações	Terrenos	Equipamentos de Transporte	Veiculos	Equipamentos Informatica	Total
Em 1º de janeiro de 2021	676	-	2.522	184	3	3.385
Adições	1.614	88	2.170	401	107	4.380
Depreciação no período (*)	(719)	-	(2.703)	(526)	(36)	(3.984)
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<u>1.571</u>	<u>88</u>	<u>1.989</u>	<u>59</u>	<u>74</u>	<u>3.781</u>

(\*) As vidas úteis definidas para depreciação são de aproximadamente 3 anos.

**13 Fornecedores**

	2022	2021
Fornecedores nacionais	38.086	28.802
Fornecedores de ativo fixo nacionais	1.655	981
Fornecedores de ativo fixo mercado externo	5.017	48
Fornecedores partes relacionadas (Nota explicativa 23)	<u>34.266</u>	<u>57.528</u>
	<u>79.024</u>	<u>87.359</u>

Os saldos a pagar são denominados em reais no caso de contas a pagar no mercado nacional e em dólares para as aquisições do mercado externo.

**14 Empréstimos e financiamentos**

	2022	2021
Empréstimos e financiamentos	269.656	250.705
Custos de captação recurso	(931)	(1.895)
Encargos	<u>3.990</u>	<u>4.848</u>
Total	<u>272.715</u>	<u>253.658</u>

Os montantes devidos, termos e prazos para cada empréstimo estão apresentados abaixo:

	Vencimento	Passivo		Total	
		Circulante	Não circulante	2022	2021
<b>Modalidade</b>	<b>Final</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
EKF/ELO	Encargos anuais CDI+1,35%	20.050	20.050	30.075	50.125
Custo de captação recursos		(628)	-	(1.895)	(931)
Encargos apropriados		<u>3.008</u>	<u>2.348</u>	<u>-</u>	<u>3.008</u>
		<u>22.430</u>	<u>22.398</u>	<u>29.772</u>	<u>48.230</u>
BNDES	TJLP +3,54%	13.035	10.862	67.345	80.379
Encargos apropriados		<u>358</u>	<u>2.165</u>	<u>-</u>	<u>358</u>
		<u>13.393</u>	<u>13.027</u>	<u>67.345</u>	<u>80.738</u>
Capital de Giro	Libor +1,25%	-	89.288	139.151	139.151
Encargos apropriados		<u>624</u>	<u>336</u>	<u>-</u>	<u>624</u>
		<u>624</u>	<u>89.624</u>	<u>139.151</u>	<u>139.775</u>
Total		<u>36.447</u>	<u>125.049</u>	<u>236.268</u>	<u>272.715</u>

Em 16 de outubro de 2013, a Companhia celebrou contrato de financiamento de longo-prazo com o Eksportlaaneordningen (EL O) da agência de crédito à exportação da Dinamarca (EksportKreditFonden ou EKF), "Financiamento EKF/ELO", tendo o principal no valor de R\$ 200.500, tendo como saldo remanescente em 31 de dezembro de 2022 o montante de R\$ 50.125 (R\$ 70.175 em 2021). Trata-se de financiamento com parcelas semestrais do principal pagáveis desde julho de 2015 e até janeiro de 2025.

Em 13 de fevereiro de 2019, a Companhia firmou contrato de financiamento de longo prazo com o Banco Nacional de Desenvolvimento e Social (BNDES) no valor de R\$ 95.000 tendo o desembolso ocorrido ao longo de 2020, no montante total de R\$ 91.242. Estes fundos foram utilizados para suportar o plano de investimentos entretanto concluído. Trata-se de um financiamento com prazo de amortização de 10 anos, com 3 anos de carência, permitindo o alongamento do prazo médio da dívida da companhia. Este financiamento está garantido por uma Stand by Letter of Credit do BBVA, por sua vez garantida pela Secil. As amortizações iniciaram-se em 15 de março de 2022 findando as mesmas em 15 de março de 2029. O saldo remanescente em 31 de dezembro de 2022 é R\$ 80.380 e R\$ 91.241 em 31 de dezembro de 2021.

Em abril de 2022 a Companhia contratou Empréstimo Externo sob a Lei nº 4131 junto ao Banco Caixa Geral de Depósitos de Portugal no montante de USD 16.000 (R\$ 80.350) com vencimento total do montante contratado para 36 meses com pagamento de juros trimestrais.

Em junho de 2022 a Companhia contratou Empréstimo Externo sob a Lei nº4131 junto ao Deutsche Bank AG-Sucursal em Portugal no montante de EUR 10.000 (R\$ 55.500) vencimento bullet para 24 meses, com pagamento de juros trimestrais. No mesmo ato, e em conformidade com essa Lei e obrigações do Banco Central do Brasil, que determina que os financiamentos sejam coberto via instrumento de hedge perfeito, esses financiamentos foram integralmente cobertos via swap cambial e de taxa de juro do dólar (Libor) /euro (Euribor).

No final de cada mês, a Companhia atualiza o valor do empréstimo de USD/EUR para BRL. Os contratos de swap são atualizados em função da taxa da marcação a mercado, registrando os seus valores justos (i) quando positivos, no ativo na rubrica "Instrumentos financeiros derivativos ativos" (ii) quando negativos, no passivo, na rubrica "Instrumentos financeiros passivos". Em 31 de dezembro de 2022, o valor justo do instrumento derivativo de R\$ 5.559 foi classificado no passivo circulante (R\$ 2.151 no ativo circulante em 31 de dezembro de 2021).

	Banco	Objeto Proteção	Moeda	2022		Ganho (Perda)	Pagamentos	Recebimentos
				Notional BRL	Valor em moeda estrangeira			
Banco Caixa Geral (*)	Empréstimos	USD	(38.260)	(7.000)	-	(2.008)	(2.008)	-
Banco Caixa Geral	Empréstimos	USD	(90.136)	(16.000)	(4.754)	(14.323)	(17.354)	1.115
Banco Caixa Geral (*)	Empréstimos	USD	(80.350)	(16.000)	-	(9.481)	(6.567)	-
Banco Deutsche	Empréstimos	EUR	<u>(55.500)</u>	<u>(10.000)</u>	<u>(805)</u>	<u>(4.615)</u>	<u>(2.205)</u>	<u>-</u>
			<u>(264.246)</u>	<u>(49.000)</u>	<u>(5.246)</u>	<u>(30.427)</u>	<u>(28.134)</u>	<u>(1.115)</u>

(\*) Contratos liquidados em durante 2022, portanto, sem valor justo em 31 de dezembro de 2022.

	Banco	Objeto Proteção	Moeda	2021		Ganho (Perda)	Pagamentos	Recebimentos
				Notional BRL	Valor em moeda estrangeira			
Banco Caixa Geral	Empréstimos	USD	(71.976)	(16.000)	2.663	(1.008)	14.892	
Banco Caixa Geral	Empréstimos	USD	(38.260)	(7.000)	(3.031)	(3.609)	(1.148)	
Banco Deutsche	Empréstimos	EUR	<u>(42.913)</u>	<u>(7.861)</u>	<u>880</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	
			<u>(153.149)</u>	<u>(23.000)</u>	<u>(2.151)</u>	<u>(946)</u>	<u>(2.156)</u>	

Durante o exercício corrente a companhia liquidou um Empréstimo Externo no montante de US\$ 16.000, equivalente a R\$ 90.136.

A Companhia possui contratos de empréstimos com cláusulas restritivas para cumprimento de determinados indicadores econômicos e financeiros (covenants). O não cumprimento desses indicadores financeiros pode implicar o vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2022, todos os indicadores foram atendidos.

Com relação ao Custo com Captação de Recursos, em 31 de dezembro de 2022 a Companhia tem reconhecido contabilmente o valor de R\$ 931 (R\$ 1.895 em 2021), como reductora da dívida financeira, oriundo dos custos com a captação de financiamentos para a nova fábrica de cimento. Estes custos foram capitalizados ao Ativo Imobilizado até março de 2015, a partir de abril de 2015, com a conclusão da construção do ativo, estes custos amortizados compõem o resultado através da rubrica despesas financeiras, a uma taxa efetiva de 2% a.a., conforme estabelece o Pronunciamento Técnico Contábil CPC 20 combinado com

pronunciamento Técnico Contábil CPC 08.

O cronograma dos vencimentos das parcelas de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2022 é demonstrado a seguir:

	Valores em R\$ 2022	Valore sem R\$ 2021
<b>Vencimento das parcelas</b>		
Um ano (2023)	36.447	125.049
Dois anos (2024)	69.328	33.084
Três anos (2025)	96.515	23.059
Quatro anos (2026)	13.032	23.059
Maior ou igual a cinco anos (2026 e seguintes)	<u>57.393</u>	<u>49.407</u>
	<u>272.715</u>	<u>253.658</u>

A seguir demonstramos a movimentação dos saldos de empréstimos em 2022:

	Saldo inicial	Adições	Varição Cambial	Juros Incorridos	Amortização	Juros pagos	Saldo Final
BNDES	93.407	-	-	9.492	(10.862)	(11.299)	80.738
EKF	70.628	-	-	8.388	(20.050)	(6.764)	52.202
Deutsche Bank	-	55.500	168	925	-	(917)	55.676
Caixa Geral	89.623	80.350	(11.065)	2.876	(75.089)	(2.596)	84.099
	<u>253.658</u>	<u>135.850</u>	<u>(10.897)</u>	<u>21.681</u>	<u>(106.001)</u>	<u>(21.576)</u>	<u>272.715</u>

A seguir demonstramos a movimentação dos saldos de empréstimos em 2021:

	Saldo inicial	Adições	Varição Cambial	Juros Incorridos	Amortização	Juros pagos	Saldo Final
Itaú	30.407	-	-	1.596	(30.000)	(2.003)	-
BNDES	142.623	-	956	17.941	(50.145)	(17.968)	93.407
EKF	88.302	-	-	5.566	(20.050)	(3.190)	70.628
Caixa Geral	83.265	128.396	5.029	1.996	(127.398)	(1.665)	89.623
	<u>344.597</u>	<u>128.396</u>	<u>5.985</u>	<u>27.099</u>	<u>(227.593)</u>	<u>(24.825)</u>	<u>253.658</u>

**15 Passivos de arrendamento**

O passivo de arrendamento foi reconhecido pelo valor presente dos seus pagamentos à uma taxa de desconto e o ativo de direito de uso em montante equivalente a esse passivo.

As taxas utilizadas para o cálculo foram conforme tempo do arrendamento:

<b>Tempo determinado de arrendamento</b>	<b>Percentual</b>
Até um ano	9,57 % a.a
De um ano a três anos	10,31 % a.a
De três anos a cinco anos	11,03 % a.a

	31/12/2022
Dívida reconhecida em 31/12/2021	4.216
Pagamentos parcela	(5.366)
Adição	8.688
Juros	<u>(630)</u>
Saldo 31 de dezembro de 2022	<u>6.908</u>

	31/12/2021
Dívida reconhecida em 31/12/2020	3.756
Pagamentos parcela	(3.662)
Adição	4.242
Juros	<u>(120)</u>
Saldo 31 de dezembro de 2021	<u>4.216</u>

	Valores em R\$	Percentual
<b>Vencimento das parcelas 31/12/2022</b>		
Um ano (2023)	5.004	72%
Dois anos (2024)	1.615	23%
Três anos (2025)	289	5%
	<u>6.908</u>	<u>100%</u>

	2022	2021
Paraná Competitivo (*)	208.328	161.778
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	6.042	2.731
Pis	8	43
Cofins	75	241
Imposto Sobre Serviços (Retenção ISSQN)	68	48
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	358	306
Outros (CFEM, CSRF, INSS, Outras obrigações tributárias)	<u>311</u>	<u>219</u>
	<u>215.190</u>	<u>165.366</u>

21 Receitas e despesas financeiras		
	2022	2021
Despesa de juros sobre empréstimos	(21.681)	(27.099)
Despesas de juros pagos a fornecedor	17	(182)
Variação cambial líquida	-	(5.510)
Variação a mercado de instrumentos financeiros (*)	(30.427)	(946)
Outras despesas financeiras	(5.539)	(13.184)
Despesas financeiras	<u>(57.647)</u>	<u>(46.921)</u>
Receita de aplicação financeira	11.326	3.978
Descontos obtidos	35	32
Variação cambial líquida	4.149	-
Atualização de tributos a compensar	229	219
Outras receitas financeiras	414	234
Receitas financeiras	<u>16.153</u>	<u>4.463</u>
Despesas financeiras, líquidas	<u>(41.494)</u>	<u>(42.458)</u>

(\*) Valor referente ao resultado apurado pelas transações de instrumentos financeiros derivativos, conforme detalhado na nota explicativa 14.

## 22 Imposto de renda e contribuição social

### a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2022	2021
Ativo		
Outras diferenças diversas	-	2.839
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	124.985	127.697
	<u>124.985</u>	<u>130.536</u>
Passivo		
Custo atribuído do ativo imobilizado	(75.433)	(69.277)
Diferenças temporárias sobre apuração (diferença entre depreciação fiscal e vida útil)	<u>(60.755)</u>	<u>(61.436)</u>
	<u>(136.188)</u>	<u>(130.713)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquido	<u>(11.203)</u>	<u>(17)</u>

Baseado na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, suportado por estudos técnicos preparados pela administração, foram constituídos créditos tributários diferidos ativos sobre saldos acumulados de prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias, a recuperação desse imposto diferido iniciou-se em 2021, cuja expectativa realização integral deverá acontecer até em 2032.

### b. Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2022	2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	59.533	59.988
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Encargo fiscal pela alíquota nominal	(20.241)	(20.395)
Efeito fiscal sobre as adições e exclusões permanentes	<u>2.916</u>	<u>(105)</u>
Despesas, doações e multas indedutíveis		
Imposto de renda e contribuição social (correntes)	(6.299)	(6.102)
Imposto de renda e contribuição social (diferidos)	(11.026)	(14.398)

## 23 Transações com partes relacionadas

As seguintes transações foram conduzidas compartes relacionadas:

### a. Venda de produtos

	2022	2021
Vendas de produtos (receitas líquidas)	<u>57.059</u>	<u>41.674</u>
Supremo Cimentos S.A.		

As vendas são realizadas com base na tabela de vendas vigente na data da transação com prazo médio de recebimento de 28 dias. Estas transações são realizadas sob termos e condições negociados entre as partes, o que poderiam ser diferentes se realizados junto a terceiros.

### b. Compra de produtos

	2022	2021
Compras de produtos (líquidos impostos)		
Grupo SECIL	64.858	40.055
Supremo Cimentos S.A.	<u>21.478</u>	<u>41.674</u>
	<u>86.336</u>	<u>81.729</u>

### c. Saldos do fim do exercício

	2022	2021
Contas a receber (i)		
Grupo SECIL	22	24
Supremo Cimentos S.A.	<u>18.079</u>	<u>812</u>
	<u>18.101</u>	<u>836</u>
Contas a pagar		
(i) Grupo SECIL	34.266	57.528
Outras a pagar		
Supremo Cimentos S.A. (ii)	<u>37.901</u>	<u>7.021</u>
	<u>72.167</u>	<u>64.549</u>

(i) A Companhia realiza compras e vendas de matérias primas e produtos acabados das partes relacionadas.

(ii) Parte deste saldo, no montante de R\$ 30.000 é referente a valor residual a ser pago aos acionistas em decorrência da deliberação pela redução de capital, conforme descrito na nota explicativa 18.1.

## 24 Provisão para litígios

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais questões tributárias, aspectos cíveis, fiscais, trabalhistas e outros assuntos decorrentes do curso normal de seus negócios.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisões nos montantes apresentados abaixo, que são consideradas suficientes para cobrir as perdas prováveis com ações em curso. O resumo das provisões para contingências está apresentado a seguir:

	2022	2021
Cíveis	7.595	12.599
Tributária	4.467	331
Trabalhista	640	927
	<u>12.702</u>	<u>13.857</u>

### Movimentações da provisão

	Cíveis	Tributária	Trabalhista	Total
Saldo em 01/01/2022	12.599	331	927	13.857
Constituição Provisão	-	4.136	798	4.934
Reversão Provisão	-	-	(350)	(350)
Pagamentos	(5.004)	-	(735)	(5.739)
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>7.595</b>	<b>4.467</b>	<b>640</b>	<b>12.702</b>

	Cíveis	Tributária	Trabalhista	Total
Saldo em 01/01/2021	9.670	331	1.237	11.238
Constituição Provisão	3.576	-	8	3.584
Reversão Provisão	-	-	(22)	(22)
Pagamentos	(647)	-	(296)	(943)
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>12.599</b>	<b>331</b>	<b>927</b>	<b>13.857</b>

· **Contingências cíveis** - as principais ações estão relacionadas a reclamações sobre danos materiais e/ou morais e processos relacionados a contratos com prestadoras de serviços contratados para construção da nova fábrica em Adrianópolis.

Além das causas acima mencionadas, a Companhia também é ré em outras ações cuja probabilidade de perda é considerada como possível, segundo a opinião de nossos assessores jurídicos, as quais totalizam R\$ 627 (R\$ 125 em 2021). Nenhuma provisão para perdas destas causas foi reconhecida nessas demonstrações financeiras.

· **Contingências trabalhistas** - estão relacionadas às reclamações movidas por empregados e ex- empregados da Companhia relativo a questões de verbas rescisórias, salariais, enquadramentos.

Além das causas acima mencionadas, a Companhia também é ré em outras ações cuja probabilidade de perda é considerada como possível, segundo a opinião de nossos assessores jurídicos, as quais totalizam R\$ 2.072 (R\$ 4.398 em 2021). Nenhuma provisão para perdas destas causas foi reconhecida nessas demonstrações financeiras.

Nenhuma provisão para perdas destas causas foi reconhecida nessas demonstrações financeiras. A posição das contingências possíveis pode ser assim apresentada:

	2022	2021
Cíveis	627	125
Tributária	7.000	5.010
Trabalhista	<u>2.072</u>	<u>4.398</u>
	<u>9.699</u>	<u>9.533</u>

## 25 Instrumentos financeiros

### 25.1 Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Nota	Valor justo - instrumentos de hedging	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Saldo contábil/ valor justo
<b>Ativos financeiros:</b>					
<b>Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo</b>					
Caixa e equivalentes	7	-	55.124	-	<b>55.124</b>
Contas a receber de clientes	8	-	43.825	-	<b>43.825</b>
	-	-	98.949	-	<b>98.949</b>
<b>Passivos financeiros:</b>					
<b>Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo</b>					
Contratos de câmbio a termo utilizados para hedging		5.559	-	-	<b>5.559</b>
Fornecedores	13	-	-	79.024	<b>79.024</b>
Arrendamento mercantil	15	-	-	6.908	<b>6.908</b>
Outras contas a pagar	17	-	-	44.097	<b>44.097</b>
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	272.715	<b>272.715</b>
	-	-	-	408.303	<b>408.303</b>

### Passivos financeiros:

#### Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo

Contratos de câmbio a termo utilizados para hedging		5.559	-	-	<b>5.559</b>
Fornecedores	13	-	-	79.024	<b>79.024</b>
Arrendamento mercantil	15	-	-	6.908	<b>6.908</b>
Outras contas a pagar	17	-	-	44.097	<b>44.097</b>
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	272.715	<b>272.715</b>
	-	-	-	408.303	<b>408.303</b>

## 25.2 Mensuração do valor justo

### (i) Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis

As tabelas abaixo apresentam as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos para instrumentos financeiros mensurados ao valor justo no balanço patrimonial. Os processos de avaliação estão descritos na nota explicativa

#### Tipo Técnica de avaliação

### Contratos de câmbio a termo

Preificação a termo: O valor justo é determinado utilizando taxas de câmbio a termo cotadas na data do balanço e cálculos de valor presente baseados em curvas de rendimento de investimentos com alta qualidade de crédito nas respectivas moedas contratadas.

### 25.3 Gerenciamento de risco financeiro

#### Fatores de risco financeiro

A Diretoria tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e se reporta regularmente ao Conselho de Administração. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos, para definir limites e controles e para monitorar riscos e aderência aos limites. Essas políticas são revisadas frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia que, através de suas normas e procedimentos de gerenciamento, desenvolve um ambiente de controle disciplinado e construtivo.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado

Essa nota apresenta informações sobre os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, o gerenciamento de capital e a exposição a cada um dos riscos supramencionados. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras da Companhia.

#### a. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e de aplicações financeiras.

#### (i) Aplicações financeiras

A Companhia limita sua exposição a riscos de crédito ao investir apenas em aplicações de renda fixa. A administração monitora ativamente as classificações de créditos e, uma vez que a Companhia tenha investido apenas em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) emitidos por instituições financeiras de primeira linha. Não se espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

#### (ii) Contas a receber de clientes e outros créditos

A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes e outros créditos e investimentos. A administração da Companhia gerencia o risco de crédito através de análises da razoabilidade dos limites de créditos atribuídos aos seus clientes, o que leva em conta a análise da situação econômico e financeira dos mesmos e o histórico de inadimplência.

#### b. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia encontrar dificuldades de cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros, os quais são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre possua liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais ou em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos, sem causar perdas inaceitáveis ou riscos de prejuízo à reputação da Companhia.

A administração da Companhia gerencia o risco de liquidez através de monitoramento do fluxo de caixa das atividades operacionais, de investimentos e de financiamento, buscando quando necessário, alternativas para obtenção de recursos financeiros junto aos acionistas ou através de recursos de terceiros. A fim de equacionar a situação de capital circulante líquido negativo, a administração vem negociando o alongamento do perfil da dívida junto a instituições financeiras.

A seguir, estão as exposições contratuais de passivos financeiros.

	Até um ano	Entre um e dois anos	De dois anos em diante	Total
--	------------	----------------------	------------------------	-------

Em 31 de dezembro de 2021				
Fornecedores	87.359	-	-	87.359
Empréstimos e financiamentos	125.049	56.143	72.466	253.658
Outras contas a pagar	<u>17.511</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>17.511</u>
	<u>229.919</u>	<u>56.143</u>	<u>72.466</u>	<u>358.528</u>

Em 31 de dezembro de 2022				
Fornecedores	79.024	-	-	79.024
Empréstimos e financiamentos	36.447	165.843	70.425	272.715
Outras contas a pagar	<u>44.045</u>	<u>52</u>	<u>-</u>	<u>44.097</u>
	<u>159.516</u>	<u>165.895</u>	<u>70.425</u>	<u>395.836</u>

### c. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, influenciem nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é acompanhar e controlar as exposições desses riscos, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

#### (i) Risco cambial

A Companhia está sujeita ao risco cambial de operações estrangeiras decorrente de diferenças entre as moedas nas quais compras e empréstimos são denominados, e a respectiva moeda funcional.

Com relação a outros ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, a Companhia atua para que sua exposição líquida seja mantida em um nível aceitável de acordo com as políticas e limites definidos pela administração. Um resumo da exposição ao risco cambial da Companhia, está apresentado abaixo:

	2022
--	------

	R\$	US\$
<b>Passivos</b>		
Fornecedores	(5.017)	(961)
Instrumentos financeiros derivativos	(4.754)	(911)
Empréstimos e Financiamentos	<u>(83.483)</u>	<u>(15.999)</u>
Exposição cambial líquida Passiva	<u>(93.254)</u>	<u>(17.871)</u>

	2022
--	------

	R\$	EUR
<b>Passivos</b>		
Instrumentos financeiros derivativos	(804)	(104)
Empréstimos e Financiamentos	<u>(55.668)</u>	<u>(10.000)</u>
Exposição cambial líquida Passiva	<u>(56.472)</u>	<u>(10.104)</u>

	2021
--	------

	R\$	US\$
--	-----	------

<b>Ativos</b>		
Instrumentos financeiros derivativos	880	157
<b>Passivos</b>		
Fornecedores	(127)	(24)
Instrumentos financeiros derivativos	(48)	(8)
Empréstimos e Financiamentos (BNDES)	<u>(89.288)</u>	<u>(16.000)</u>
Exposição cambial líquida Passiva	<u>(88.583)</u>	<u>(15.875)</u>

#### (ii) Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta à taxas de juros variáveis. A administração monitora periodicamente o desempenho das taxas de juros a fim de tomar decisões visando proteger o seu fluxo de caixa. A Companhia não realiza operações com instrumentos financeiros derivativos visando proteger-se contra oscilações nas taxas de juros.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros da Companhia, remunerados por juros com taxas variáveis, era composto por:

	2022	2021
Valor contábil		
Ativos financeiros		
Aplicações financeiras (CDI)	52.078	111.271
Passivos financeiros		
Empréstimos Longo prazo (CDI)	(36.447)	(125.049)
Empréstimos e financiamentos curto prazo (CDI)	(236.268)	(128.609)
	<u>(220.637)</u>	<u>(142.387)</u>

As aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários possuem liquidez atrelados à variação de 80% a 103% do CDI (Certificado de Depósitos Interbancários).

#### (iii) Análise de sensibilidade

Decorre da possibilidade da companhia sofrer ganhos ou perdas por oscilações nas taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, a companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas e, em determinadas circunstâncias, são efetuadas operações de hedge para travar o custo financeiro das operações.

As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da companhia. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade do endividamento em moeda nacional da companhia, atreladas ao CDI. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da companhia foi demonstrada em dois cenários além do provável.

Apresentamos um cenário com taxas nominais verificadas em 31 de dezembro de 2022 (saldo contábil tendo por base o CDI de 11,94% acumulado doze meses) e ainda mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II) dos indexadores.

#### Análise de sensibilidade de taxa de juros

A seguir, demonstramos os efeitos no resultado em função das apreciações em 31 de dezembro de 2022:

Instituições financeiras e modalidades	Risco (taxa)	Saldo contábil	Cenário I 25%	Cenário II 50%
Financiamentos e empréstimos	Alta do CDI	272.715	8.140	16.281

#### Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos



AdobeStock

# SEM CHURRASCO

Supermercado de Curitiba é alvo ladrões de mignon e salame

Redação  
jornalismo@tribunadoparana.com.br

Uma dupla tentou ludibriar a segurança de um supermercado no bairro Bigorrião, em Curitiba, na tentativa de levar quatro pedaços de filé mignon e seis peças de salame para casa.

Os suspeitos foram contidos por populares quando tentavam deixar o supermercado. A Polícia Militar (PM) foi chamada e levou os "amantes da carne" para a delegacia.

Os produtos também foram levados para a Central de Flagrantes de Curitiba, como prova do crime, mas já retornaram ao estabelecimento comercial. O valor do furto seria de R\$ 780, sendo que as peças

de carne totalizavam R\$ 430 e os salames R\$ 350.

Um dos detidos, um homem de aproximadamente 50 anos de idade, já tinha passagens pelo mesmo crime segundo, informações da PM.

## ATAS E EDITAIS

publicidadelegal@tribunadoparana.com.br

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

São convocados os Srs. Acionistas da Rádio e Televisão Iguazu S/A para participarem da **Assembleia Geral Extraordinária** a se realizar em 09 de maio de 2023, às 09:30 horas, na sede da companhia, no endereço sito à Rua Antônio Parolin Junior, nº 355, Bairro Parolin, CEP: 80220-350, Curitiba-PR, a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022;
- Destinação do resultado do exercício findo de 2022;
- Destinação do saldo em excesso existente na conta de reserva legal a fim de atender o limite máximo previsto no Art. 182, §4º, da Lei 6.404/76;
- Mudança na forma/local de publicação das demonstrações financeiras e convocações dos acionistas;
- Outros assuntos de interesse social.

Comunicamos que os documentos a que se refere o art. 133 da Lei 6.404/76, com as alterações da Lei nº 10.303/2001, alusivos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foram publicados no Jornal "Tribuna do Paraná" do dia 05 de abril de 2023, sendo na pág. 02 da versão digital e na pág. 10 da versão impressa conforme previsto pelo Art. 133, §5º, da Lei 6.404/76. Outrossim, caso seja do interesse dos senhores acionistas, tais documentos estarão também disponíveis na recepção da sede da empresa para análise em horário comercial.

Curitiba, 24 de abril de 2023.

**Carlos Roberto Massa**  
- Diretor Presidente -



Anuncie suas  
**atas e editais**  
aqui, ligue:

(41) 3515-8731

publicidadelegal@tribunadoparana.com.br

**TRI  
BU  
NA**

**TRI  
BU  
NA**

**QUER  
ANUNCIAR?**

SEU NEGÓCIO NO  
**IMPRESSO E NO DIGITAL**

(41) 3515-8731

publicidadelegal@tribunadoparana.com.br

## FALECIMENTOS

**Regina Maria Froes da Motta Sampaio**, 70 anos. Sepultamento hoje no Cemitério Parque Iguazu.

**Pedro Lineu Ambrozio**, 41 anos. Sepultamento hoje no Cemitério Borda do Campo.

**Valdir Jose Godk**, 51 anos. Sepultamento hoje no Cemitério Municipal de Campo Largo.

**Hamilton da Silva**, 65 anos. Sepultamento hoje, às 11h, no Cemitério Vertical.

**Marina Protski de Abreu**, 49 anos.

Sepultamento hoje, às 13h, no Cemitério Paroquial de Campo Comprido.

**Antonio Carlos Souza**, 60 anos. Sepultamento hoje, às 11h, no Cemitério Parque Iguazu.

**Alice Theresita Schuchovski**, 91 anos. Sepultamento hoje, às 11h, no Cemitério Municipal do Água Verde.

**Augusto Pires dos Santos**, 60 anos. Sepultamento hoje, às 16h30, no Cemitério Parque Senhor do Bonfim.

**Maria de Lourdes Azevedo Dias**, 87 anos. Sepultamento hoje, às 15h, no Cemitério Vertical.

**Christiano Osvaldo Andreguetto**, 89 anos.

Sepultamento hoje. **Jose Carlos Savassi Rocha**, 64 anos. Sepultamento hoje, às 17h.

**Osvaldo dos Santos**, 69 anos. Sepultamento hoje, às 15h, no Cemitério Municipal São Francisco de Paula.

**Sebastião Olimpio Oliveira dos Santos**, 57 anos. Sepultamento hoje, às 9h.

**Neusa Maria Rossa**, 63 anos. Sepultamento hoje, às 9h, no Cemitério Jardim da Saudade II.

**Luiz Antonio Siqueira**, 39 anos. Sepultamento hoje, às 9h, no Cemitério Municipal do Boqueirão.

**Julio Miranda**, 80 anos. Sepultamento hoje, às 10h, no Cemitério Paroquial do Umbará.

**Sebastião Vilson Lins**, 49 anos. Sepultamento hoje, às 17h, no Cemitério Paroquial Colônia Orleans.

**Maria José de Lara Kierski**, 88 anos. Sepultamento hoje, às 11h, no Cemitério Paroquial Abranches.

**Ailton Rocha de Oliveira**, 54 anos. Sepultamento hoje, às 13h, no Cemitério Municipal do Boqueirão.

Esta página faz parte da edição 100% digital produzida pelo jornal **Tribuna do Paraná**

TBR230426 pdf

Código do documento 8c5f0622-b310-484b-bf38-0a03589b37be



## Assinaturas



EDITORA O ESTADO DO PARANA SA  
Certificado Digital  
tppubleg@tribunadoparana.com.br  
Assinou

## Eventos do documento

### 26 Apr 2023, 00:53:50

Documento 8c5f0622-b310-484b-bf38-0a03589b37be **criado** por EDITORA O ESTADO DO PARANA SA (d7977d86-df19-41d5-8598-d72d8b545190). Email:tppubleg@tribunadoparana.com.br. - DATE\_ATOM: 2023-04-26T00:53:50-03:00

### 26 Apr 2023, 00:54:36

Assinaturas **iniciadas** por EDITORA O ESTADO DO PARANA SA (d7977d86-df19-41d5-8598-d72d8b545190). Email: tppubleg@tribunadoparana.com.br. - DATE\_ATOM: 2023-04-26T00:54:36-03:00

### 26 Apr 2023, 00:55:07

**ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL** - EDITORA O ESTADO DO PARANA SA **Assinou** Email: tppubleg@tribunadoparana.com.br. IP: 191.177.7.113 (bfb10771.virtua.com.br porta: 57682). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Certisign Certificadora Digital S.A.,OU=AC Certisign Multipla G7,OU=A1,CN=EDITORA O ESTADO DO PARANA SA. - DATE\_ATOM: 2023-04-26T00:55:07-03:00

## Hash do documento original

(SHA256):23613113c30426a174adafc0d41bc558b56417f04888c4cd40bf5f80309dfdfa  
(SHA512):c36435e505f6583dc28432020c4b83de653c3f929e919e3188e039a14115d3d2e0e7f64ab4b4ce8f799b6a4730816797bac01fd2922ac9bd82af7d3a9e8fc7aa

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

**Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign**